

Dívida dos estados vai terça a Itamar

16 JAN 1993

O presidente Itamar Franco recebe na terça-feira o projeto que define as novas regras para o refinanciamento das dívidas dos estados e municípios contratadas até 31 de setembro de 1991. "Nosso objetivo é restabelecer os pagamentos, ter garantias que possam ser executadas e ampliar a participação dos estados e municípios no ajuste do setor público", afirmou ontem o secretário do Tesouro Nacional, Murilo Portugal, ao explicar o projeto. Ontem, em uma reunião com um grupo de secretários estaduais de Fazenda, Portugal fechou os últimos detalhes do projeto. Até segunda-feira, às 12h, o projeto estará aberto para sugestões.

Pelo projeto, serão renegociadas todas as dívidas contratuais dos estados e municípios, vencidas e a vencer, o que soma 18,3 bilhões de dólares. Ficou acertado que em 90 dias o Banco Central irá definir uma regra específica para a rolagem da dívida em títulos estaduais. Também serão renegociadas em separado a dívida das estatais estaduais do setor elétrico com o Tesouro Nacional. Com a assinatura dos contratos, os estados passarão a dever ao Tesouro e se houver atraso na assinatura do contrato, o prazo de correção da dívida poderá ser

prorrogado por 30 dias. O estado ou município terá 60 dias para iniciar o pagamento das parcelas do contrato. Nesse período, porém, terão que pagar pelo menos 11 por cento das parcelas que forem vencendo.

Garantias: os estados e municípios, ao assinarem o contrato, emitirão títulos que serão resgatáveis nas datas de vencimentos de cada parcela. Caso a parcela não seja paga, o Tesouro poderá, com esses títulos, sacar o dinheiro da conta bancária em que o governo estadual ou prefeitura movimenta suas receitas próprias. Também serão utilizados como garantias as cotas dos fundos de participações dos estados e municípios e valores mobiliários ou imobiliários. Estados adimplentes: o estado que está em dia com suas dívidas, como Ceará, Espírito Santo, Santa Catarina e Paraná, terá condições melhores: poderá descontar o valor pago das primeiras parcelas do contrato. Mesmo com esta facilidade, surgiram muitas críticas dos estados que têm suas contas em dia. Os governadores alegaram que rolar dívidas com a União era uma forma de punir os corretos e beneficiar os estados devedores, como São Paulo, dono do maior débito com a União.